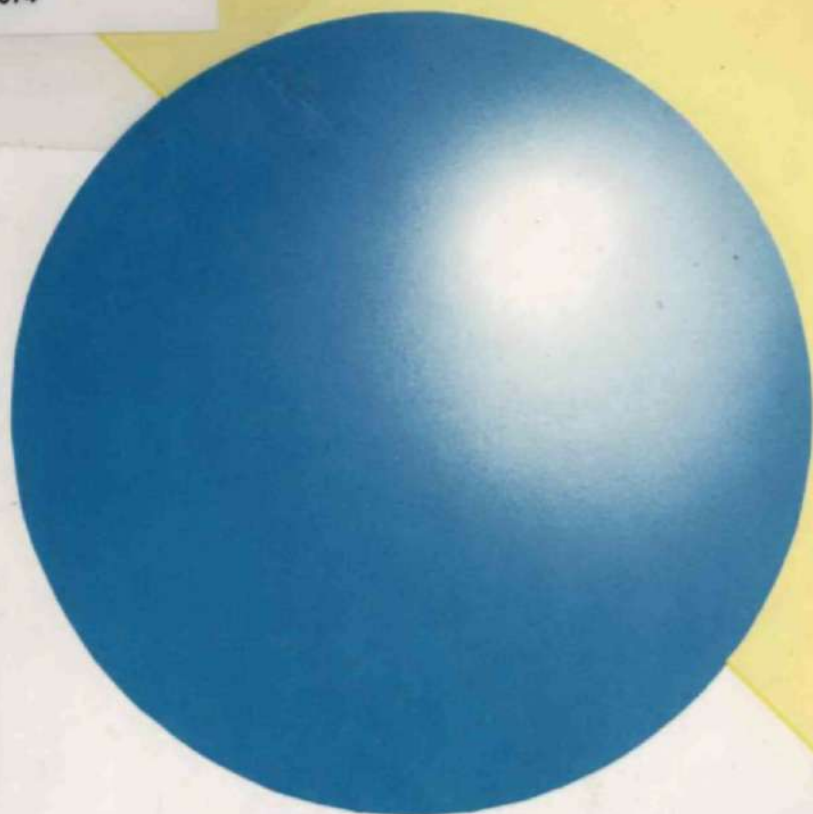


CIBEC/INEP



B0029074



# PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

**MEC**

014  
23p  
.2

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**



# **PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**

**Brasília**

**1993**

Presidente da República  
Itamar Augusto Cautiero Franco

Ministro da Educação e do Desporto  
Murílio de Avellar Hingel

Secretário Executivo  
Rubens Leite Vianello

Secretária de Educação Fundamental  
Maria Aglaê de Medeiros Machado

**37.014**

**P712p**

Plano decenal de educação para todos.-  
Brasília: MEC, 1993.

102p.

1. Política da educação 2. Planejamento da educação 3. Educação básica  
4. MEC. Secretaria de Educação Fundamental I. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto.

Esta publicação foi realizada dentro do Acordo  
MEC/UNESCO

# APRESENTAÇÃO

*Ao levar ao conhecimento da sociedade brasileira o Plano Decenal de Educação para Todos, o Ministério da Educação e do Desporto tem como objetivo principal o despertar da consciência nacional para a gravidade dos desafios a enfrentar nos próximos anos e as parcerias indispensáveis que deveremos firmar para o alcance das metas propostas.*

*O imperativo de universalização com qualidade, aspiração maior da sociedade brasileira, com a conseqüente erradicação do analfabetismo, representa o cerne do Plano. Resolver esta questão — em 10 anos — significa inserir-se com êxito em novo cenário mundial, em que competências e riquezas serão avaliadas pela capacidade do sistema educativo em propiciar aberturas para o futuro. A viabilidade dessa política educacional está diretamente vinculada à compreensão de que os poderes públicos e a sociedade civil devam compartilhar responsabilidades em um processo duradouro.*

*A divulgação deste documento para discussão sinaliza que o Governo Federal anseia por conjugação de esforços de toda a sociedade, estratégia indispensável para que o País ultrapasse o sistema educativo iníquo de hoje e caminhe para patamar capaz de preparar as crianças, os jovens e os adultos para os novos reptos de desenvolvimento e da cidadania.*

Brasília, junho de 1993.

*Murílio de Avellar Hingel*

**Ministro de Estado da Educação e do Desporto**

# SUMARIO

INTRODUÇÃO .....	9
I - SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL .....	15
II - OBSTÁCULOS A ENFRENTAR .....	25
III - ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO .....	29
IV - MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO. . . .	43
V - CALENDÁRIO DOS PRINCIPAIS EVENTOS. ....	59
DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS — <i>SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE</i> <i>APRENDIZAGEM</i> .....	63
PORTARIA N° 489/93. ....	79
COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS ...	81
TABELAS .....	91

# INTRODUÇÃO

O Brasil participou, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e o Banco Mundial. Desta conferência resultaram posições consensuais, sintetizadas na **Declaração Mundial de Educação para Todos**, que devem constituir as bases dos planos decenais de educação, especialmente dos países de maior população no mundo, signatários desse documento.

Integrando este grupo, cabe ao Brasil uma responsabilidade expressiva nos esforços mundiais para assegurar à sua população o direito à educação — compromisso, aliás, reafirmado e ampliado em sua Constituição de 1988.

É certo que várias iniciativas no âmbito da educação fundamental vêm sendo adotadas pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), pelos Estados e Municípios. Todavia, não se concretizou um esforço integrado das três esferas do Poder Público, estratégia indispensável numa política de educação para todos.

A retomada, agora em 1993, do compromisso de Jomtien, de elaborar planos a longo prazo para concretizar suas metas, encontra condições favoráveis. Multiplicaram-se, pelo País, ações de caráter inovador visando a universalizar com qualidade o ensino básico. Além disso, há um renovado reconhecimento, por vários segmentos sociais, da importância da educação básica para a formação da cidadania e para a retomada do desenvolvimento nacional sob novos valores e perspectivas.

Em face da heterogeneidade econômica e cultural do País e em respeito ao princípio federativo e de participação que deve reger esse planejamento, o primeiro passo foi articular, sob a coordenação e responsabilidade

Bangladesh, Brasil. China. Egito. Índia, Indonésia, México. Nigéria e Paquistão.



do MEC, a composição de um Grupo Executivo constituído por representantes do próprio MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Obteve-se, também, a participação de dirigentes e especialistas vinculados a instituições de pesquisa e ensino na área de educação, além das seguintes entidades, entre outras:

- CFE (Conselho Federal de Educação);
- Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação;
- CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras);
- CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação);
- CNI (Confederação Nacional da Indústria);
- CNBB/MEB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Movimento de Educação de Base);
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura);
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Essa mobilização propiciou debates, em todo o País, dos problemas mais importantes e das alternativas estratégicas para enfrentá-los. As contribuições assim obtidas foram consolidadas durante a Semana Nacional de Educação para Todos realizada em Brasília, de 10 a 14 de maio de 1993, e incluídas no processo de elaboração do Plano Decenal.

É importante ressaltar que, ao encerrar-se essa Semana, os representantes das três esferas de governo federal, estadual e municipal firmaram o Compromisso Nacional de Educação para Todos, que estabelece diretrizes norteadoras da elaboração das políticas de educação para os próximos anos. A associação das demais entidades participantes ampliou a representatividade social da iniciativa.

Os compromissos que o governo brasileiro ora assume, de garantir a satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, expressam-se no PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, cujo objetivo

mais amplo é assegurar, até o ano 2000, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea.

O presente documento propõe-se a oferecer subsídios à participação brasileira na Reunião Preparatória da Conferência de Nova Delhi, bem como fundamentar os processos de detalhamento e operacionalização, constituindo referência para os correspondentes planos estaduais e municipais.

**I**  
**SITUAÇÃO E**  
**PERSPECTIVAS DA**  
**EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

## **A - Contexto Social, Político e Econômico do Desenvolvimento Educacional**

Nas últimas quatro décadas, empreendeu-se no País um grande esforço para integrar ao sistema educacional, em momento de elevado crescimento demográfico, quase toda a população na faixa de sete a 14 anos. No início dos anos 60, apenas 45% dessa população frequentava escola; em 1980, o percentual **elevou-se** para 80% e, em 1990, atingiu 86,9%.

Entre 1950 e 1970, a população crescia, no conjunto, a um ritmo de 3% ao ano. O deslocamento para as cidades fazia com que o contingente demográfico urbano aumentasse a taxas superiores a 5%.

Desde meados da década de 70, no entanto, tem-se verificado uma diminuição na taxa de fertilidade e, em decorrência, no crescimento populacional da faixa escolar. Os grupos etários de zero a quatro e de cinco a 14 anos mostram tendência a reduzir seu porte, com taxa de crescimento anual inferior a 0,5%. Prevê-se, portanto, para os próximos anos, um decréscimo na pressão por expansão da oferta no ensino fundamental, embora restem grandes efetivos de adolescentes, jovens e adultos a serem integrados ao sistema.

Além disso, o sistema educacional deverá enfrentar os seguintes efeitos de intensos fluxos migratórios dos últimos quinze anos: concentração dos núcleos dinâmicos da população nas áreas metropolitanas — e na periferia destes aglomerados — de importantes grupos sociais situados abaixo da linha de pobreza; além de novo e recente deslocamento de famílias pobres em busca de melhores oportunidades para as cidades de médio porte. Acrescenta-se, ainda, a este quadro, a persistência, nas áreas rurais de regiões menos desenvolvidas, de consideráveis contingentes de crianças e adolescentes pobres.

O Brasil, assim como outros países da região, vem enfrentando um esgotamento de seus modelos tradicionais de transformação e crescimento econômico, após ter alcançado um patamar superior de industrialização e de

modernização agropecuária e de ramos estrategicamente importantes do setor terciário.

Embora haja potenciais significativos para a retomada do desenvolvimento, persistem alguns obstáculos consideráveis: a heterogeneidade e a rigidez das estruturas econômicas; a concentração do progresso técnico e da riqueza acumulada; os elevados índices de desigualdade regional e social de renda; um mercado interno relativamente limitado em face de seu porte demográfico.

O longo período de recessão e de instabilidade econômica trouxe, como consequência, níveis crescentes de desigualdade social e regional, fazendo do Brasil um dos países mais perversos em distribuição de renda do continente — os 10% mais ricos concentram mais da metade da renda nacional. O número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza absoluta aumentou de 29,5 para 39,2 milhões, estando a maior parte deste contingente concentrada na Região Nordeste (56%) e nas regiões metropolitanas. Medidas adotadas nos últimos anos perseguem o ajustamento à concorrência por meio da compressão de salários, deixando de promover a redistribuição de renda pela via salarial e exigindo a incorporação de crianças e jovens, na faixa escolar, ao mercado de trabalho.

A iniquidade na oferta de oportunidades sociais, associada à elevada concentração de renda e de patrimônio, inibe o exercício da participação e faz emergir vários tipos de cidadania. Além de existir nas cidades enorme contingente de cidadãos com escassa vivência dos direitos políticos básicos, as instituições canalizadoras da participação rearticulam-se com lentidão para conduzir a novas possibilidades de um jogo político pluralista.

Tal situação favoreceu formas clientelistas de condução do sistema político e da administração pública, o que limitou ainda mais a consolidação de instituições e padrões de conduta efetivamente democráticos. Isto ocorreu apesar de significativos avanços — ainda que pouco orgânicos — na intensidade e extensão da participação sócio-política.

A acentuação das desigualdades reflete-se também nas condições de acesso à escola e de extensão da escolaridade. Nas famílias de renda inferior, residentes em zonas rurais ou em núcleos urbanos de pobreza, é maior a dificuldade em vencer as séries iniciais do ensino de primeiro grau. A redução

dos gastos públicos, por seu lado, aumenta a heterogeneidade dos padrões de oferta escolar, levando à acumulação da repetência e a maiores dificuldades para concluir, com bom aproveitamento, o ensino fundamental.

Para que o País volte a se desenvolver, impõe-se um profundo ajustamento econômico e financeiro, que torne possível novo modo de inserção na ordem econômica internacional. Para tanto, serão necessárias profundas transformações estruturais, desconcentração espacial da economia com uma vigorosa redistribuição de renda e de riqueza. Tal processo gerará mudanças na composição e dinâmica das estruturas de emprego e das formas de organização da produção, o que requer alterações correspondentes nas estruturas e modalidades de aquisição e desenvolvimento das competências humanas. Serão necessários novos critérios de planejamento educativo e de relações entre escola e sociedade, capazes de gerar oportunidades educacionais mais amplas e diferenciadas para os vários segmentos da população.

Também no plano político, em que importantes mudanças já se evidenciam, fazem-se novas exigências à educação. Valores e padrões de conduta requeridos para o aperfeiçoamento democrático desafiam o formalismo e a alienação dos programas escolares, exigindo processos e modos de relacionamento capazes de formar o cidadão para o pluralismo, para o senso de tolerância, de solidariedade e de solução pacífica de conflitos. Trata-se não só de educação para a democracia, mas também do estabelecimento de ambiente de relações educativas democráticas, voltadas para a participação societária, para o engajamento nas distintas estruturas de representação e para o exercício ativo dos direitos de cidadania.

## **B - Desempenho do Sistema Escolar**

A despeito da notável expansão quantitativa do sistema educacional, faz-se necessário adaptá-lo às exigências de um estilo de desenvolvimento economicamente eficiente, democrático e socialmente justo e equitativo.

Apenas um terço das crianças entre quatro e seis anos de idade recebe atenção educativa de boa qualidade. A distribuição social desse serviço é desigual: nas famílias de renda mais baixa, a oferta atende apenas 18% da população dessa faixa etária; nas famílias com renda mensal *per capita* superior a dois salários mínimos, este percentual se eleva a mais de 60%.

Na faixa etária de sete a 14 anos, cerca de 3,5 milhões de crianças ainda permanecem sem oportunidades de acesso à escola básica. Apenas dois quintos concluem as quatro séries iniciais, e menos de um quarto as concluem sem repetência. Os efeitos acumulados dessa baixa produtividade se expressam na reduzida escolaridade média da população maior de 15 anos e no grande contingente de adolescentes e adultos subescolarizados que encontram dificuldades de incorporação social e econômica. As estatísticas mostram que, dos 17,5 milhões de analfabetos formais com idade superior a 15 anos, apenas 4,1 milhões encontram-se no grupo economicamente mais ativo, ou seja, entre 15 e 29 anos. Neste grupo, é mais preocupante a incidência de subescolarização: 18,8 milhões não chegaram a completar quatro anos de escola.

Alguns pontos críticos merecem ser destacados como focos de atenção para a formulação de estratégias de desenvolvimento da educação básica para todos.

### **1 - Qualidade e heterogeneidade da oferta**

É elevada a heterogeneidade das condições de oferta entre as várias regiões e dentro das regiões, entre as redes estadual e municipal e entre as escolas urbanas e rurais. Uma parte considerável dos estudantes, especialmente

na zona rural, é atendida em escolas que não oferecem as oito séries do primeiro grau. Cerca de 4,6 milhões de alunos estudam em escolas que funcionam com três ou quatro turnos, em jornadas escolares reduzidas, recebendo, portanto, insuficiente atenção pedagógica.

Há cerca de 230 mil escolas que não contam com os equipamentos e materiais mínimos para efetivação do ensino; essas escolas cobrem apenas 25% do total de alunos e situam-se, em sua maioria, na zona rural. Dotá-las desses meios e mesmo supri-las de recursos de educação a distância não seria tarefa de grande dificuldade.

Nas 50 mil escolas com mais de quatro salas de aula e seriação completa, que atendem a mais de três quartos dos alunos, a precariedade dos meios é menos aguda. Há, no entanto, problemas de conservação dos prédios e de qualidade das instalações e dos meios instrucionais. Faltam-lhes, contudo, tecnologias complementares e potencializadoras que, com poucos custos, aumentariam o rendimento e a qualidade do ensino.

## **2 - Magistério: formação e gestão**

Embora venha crescendo o número de professores habilitados para o ensino, verifica-se ainda um comprometimento da qualidade de seu desempenho em decorrência tanto do esgotamento dos sistemas de formação inicial e da escassez de formação continuada dos educadores, quanto da precariedade das práticas de recrutamento e alocação, mas, fundamentalmente, da política salarial e de carreira.

O salário médio dos professores de primeiro grau não atinge US\$ 200 mensais. Apresenta, no entanto, grandes variações entre regiões e sistemas de ensino. Esses padrões de remuneração tornam pouco atraente a carreira, pois são, em geral, inferiores aos de outros segmentos profissionais que apresentam média de escolaridade inferior à dos professores.

A escolaridade média do professor de primeiro grau, especialmente nas regiões mais pobres, é inferior aos 11 anos correspondentes ao segundo grau completo. Há carência de professores habilitados para o ensino das disciplinas das áreas de Ciências Exatas e da Natureza; no entanto, sobram vagas nos cursos superiores de licenciatura dessas áreas.



Tem-se verificado, nos últimos anos, a ineficácia dos critérios e métodos de política de relações de trabalho, tanto da parte da administração quanto dos sindicatos, o que deixa sem solução os conflitos e estimula o clientelismo, o corporativismo e o grevismo. É precário o engajamento em objetivos e são baixas as expectativas quanto ao sucesso dos alunos por parte significativa dos professores.

### **3 - Continuidade e sustentação das políticas educacionais e da gestão dos sistemas e das unidades escolares**

Inúmeros projetos educacionais foram iniciados e jamais concluídos. Em parte, isto decorre direta ou indiretamente da instabilidade política e econômica que tem afetado o País nas últimas décadas; mas, também, de concepções equivocadas de reformas educacionais e da formulação de projetos sem consistência operacional. Permeia o cenário o problema da gestão educacional, ora localizado na concepção dos sistemas de ensino, ora na ausência de competências gerenciais específicas dos principais atores.

Nos diversos níveis de governo, é elevada a rotatividade de dirigentes, o que gera contínuas interrupções de políticas e de projetos educacionais. Os sistemas educacionais ainda não consolidaram mecanismos próprios de sustentação. Essa fragilidade estrutural tem atingido a credibilidade pública do setor, e sua recuperação exigirá esforços redobrados.

As reformas educacionais das últimas décadas não levaram em conta a diversidade cultural e econômica, a dimensão federalista do País nem as iniciativas locais e regionais de solução dos problemas. A experiência centralizadora tem distanciado a escola da comunidade, uma vez que os mecanismos de controle se situam em uma instância distante, incapaz de operá-los com consequência.

O sistema educacional tem-se caracterizado por elevado coeficiente de inércia que constringe a disposição para melhorar, agir cooperativamente, adotar inovações e incorporar avanços cognitivos e tecnológicos nos processos de ensino e de gestão escolar.

A falta de consistência, continuidade e de integração estratégica e de focalização das ações de direção e de administração dos sistemas leva a uma ineficiente orientação das equipes responsáveis pelas unidades escolares. Os

problemas de gestão estão presentes nos vários níveis decisórios do sistema educacional.

A centralização burocrática nas três instâncias de governo — federal, estadual e municipal — impediu o surgimento de uma escola com identidade e compromisso público de desempenho. Em decorrência, a instituição escolar caracterizou-se pela falta de autonomia didática e financeira e pela ausência de participação da comunidade. Esses fatores constituem obstáculo para a construção e a execução de um projeto pedagógico elaborado a partir das necessidades básicas de aprendizagem de seus alunos.

#### 4 - Livro didático

O livro didático constitui um dos principais insumos da instituição escolar. Os aspectos referentes à sua política, economia, gerência e pedagogia são indissociáveis das demais características da questão educacional brasileira. Embora existam no mercado editorial livros de inegável qualidade, o País ainda não conseguiu formular uma política consistente para o livro didático que enfatize o aspecto qualitativo. O princípio da livre escolha pelo professor esbarra em sua insuficiente habilitação para avaliar e selecionar.

A eficiência dos programas é comprometida pelo processo de aquisição, o que tem impedido que o livro esteja disponível na escola no início do ano escolar.

Uma nova política do livro deve ser formulada a partir de padrões básicos de aprendizagem que devem ser alcançados na educação fundamental. Além dos aspectos físicos do livro, devem ser assegurados os aspectos referentes à qualidade do seu conteúdo (fundamentação psicopedagógica, atualidade da informação em face do avanço do conhecimento na área, adequação ao destinatário, elementos ideológicos implícitos e explícitos).

# **II**

## **OBSTÁCULOS A ENFRENTAR**

São muitos os obstáculos e desafios a serem enfrentados na educação fundamental. Embora a consciência social de sua importância venha se ampliando de modo significativo, a educação básica não adquiriu, ainda, o *status* de questão nacional premente e de item prioritário da agenda política, seja dos poderes públicos, seja das elites, das famílias e dos vários segmentos sociais. Somam-se a isso os obstáculos próprios do sistema educacional brasileiro, cujas características de desempenho e de insucesso escolar comprometem os avanços obtidos nas últimas décadas nos níveis de atendimento educativo da população:

- » baixa produtividade do sistema, evidenciada pelas perdas observadas, por repetência e evasão, em sucessivas gerações escolares. Embora condições sócio-econômicas adversas predisponham ao insucesso escolar, ele é devido, em grande parte, à incapacidade da escola em atender à heterogeneidade dos alunos. Desenvolve-se uma "cultura da repetência" que leva à perda da auto-estima e ao abandono precoce da vida escolar;
- » nível insatisfatório de qualidade do ensino, expresso em modestos índices de desempenho escolar, decorrente de insuficientes condições infra-estruturais e pedagógicas para a realização do processo de ensino;
- » práticas de avaliação escolar inadequadas, incapazes de proporcionar uma visão globalizada das dificuldades e dos progressos do aluno e de subsidiar corretas e oportunas revisões dos planos de ensino. São incipientes as avaliações externas para aferir o desempenho das escolas e do sistema;
- » desigualdade e heterogeneidade da oferta de ensino entre redes, regiões, localidades e escolas, configurando um quadro de iniquidade nas oportunidades de aprendizagem;

- » inexistência de política e de comprometimento mais amplo com as questões do magistério. Embora o nível de titulação dos professores tenha aumentado nos últimos anos, persistem problemas de desempenho. Há necessidade de aperfeiçoar o sistema de formação e capacitação, bem como de melhorar as condições de trabalho e de profissionalização dos docentes;
- » descontinuidade das políticas educacionais — associada a insuficiente nível de sua institucionalização — e centralização de decisões nos setores da burocracia, em prejuízo da escola. Embora se tenha avançado na compreensão da necessidade de descentralizar até o âmbito da escola, e terem ocorrido várias experiências de fortalecimento da autonomia escolar, resistências deverão ser enfrentadas;
- » desarticulação entre níveis de governo, particularmente dos Estados com os Municípios, responsáveis, constitucionalmente, pelo desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental;
- » baixa sustentação social de projetos pedagogicamente inovadores e de métodos mais eficientes de administração educacional;
- » dispersão e ineficiência na alocação e na gestão de recursos destinados a investimentos para desenvolver o sistema e para operar e manter as unidades escolares;
- » omissão da política educacional em relação ao desenvolvimento das competências cognitivas e sociais de jovens e adultos e na definição dos segmentos a serem prioritariamente atendidos.

Em síntese, o sistema educacional vem mostrando incapacidade de associar o acesso, a permanência com qualidade e equidade para uma clientela afetada por profundas desigualdades sociais. Sobressaem alguns obstáculos a serem enfrentados: a Região Nordeste, as zonas rurais, as populações de baixa renda e a clientela que ingressa precocemente na força de trabalho. Os indígenas devem receber tratamento diferenciado, levando-se em conta os aspectos linguísticos e culturais, além dos métodos de aprendizagem próprios de suas comunidades. Os portadores de deficiência merecem atenção especial nos esforços para o alcance da universalização com qualidade e equidade.

**III**  
**ESTRATÉGIAS PARA A**  
**UNIVERSALIZAÇÃO DA**  
**EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**  
**E ERRADICAÇÃO DO**  
**ANALFABETISMO**

## **A - Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica**

Em resposta às determinações constitucionais e legais, às legítimas demandas sociais ao sistema educativo, ao Compromisso Nacional firmado na Semana Nacional de Educação para Todos, e às Recomendações e Acordos assumidos no âmbito internacional, estabelecem-se os seguintes objetivos:

### **1 - Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País:**

- a** - definindo padrões de aprendizagem a serem alcançados nos vários ciclos, etapas e/ou séries da educação básica e garantindo oportunidades a todos de aquisição de conteúdos e competências básicas:
  - » no domínio cognitivo: incluindo habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como aprender;
  - » no domínio da sociabilidade: pelo desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, senso de alteridade e de domínio ético nas relações interpessoais e grupais.
- b** - estabelecendo, em nível apropriado, os objetivos e metas de desempenho dos respectivos planos curriculares, correspondentes aos objetivos sócio-culturais, antes mencionados, e que deverão ser alcançados pelas unidades escolares.

2 - Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento:

a - assegurando a todas as unidades de ensino padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e tecnologias instrucionais, de competências pedagógicas e de gestão, para o desenvolvimento de processos de ensino de boa qualidade;

b - reduzindo os diferenciais de progressão escolar e de desempenho cognitivo e social entre regiões, locais de domicílio e grupos sociais;

c - oferecendo a estudantes de dez a 14 anos, em risco de deserção escolar, oportunidades apropriadas para mantê-los no sistema até a conclusão da educação fundamental;

d - implementando estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de aprendizagem do aluno especial;

e - diferenciando modalidades, métodos e estratégias educativas apropriadas às necessidades de aprendizagem de indígenas, crianças de áreas rurais pobres e de expansão de fronteiras, bem como de trabalhadores de setores informais.

3 - Ampliar os meios e o alcance da educação básica:

a - proporcionando atenção integral à criança, especialmente nas áreas de concentração de pobreza e fortalecendo as redes de educação infantil;

b - enriquecendo o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes;

c - provendo modalidades diversificadas de educação continuada a jovens e adultos subescolarizados, incluindo capacitação sócio-profissional, educação para a saúde e nutrição, o fortalecimento familiar e a integração ambiental;

d - disseminando meios de informação, comunicação e ação social, em apoio às redes escolares locais, incluindo, entre ou-



tros, programas de educação aberta e a distância, centros de difusão cultural, bibliotecas, núcleos de multimeios e espaços de ação comunitária.

4 - Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromissos:

- a - consolidando as parcerias entre o Ministério, as Secretarias de Educação estaduais e municipais, para sistematizar e racionalizar os esforços e recursos para a educação fundamental;
- b - articulando a ação das universidades, dos Conselhos Estaduais de Educação e de outras organizações governamentais e não-governamentais, dos políticos, empresários, trabalhadores e outros segmentos sociais, no sentido de alcançar os objetivos do Plano;
- c - fortalecendo a gestão democrática da escola mediante a constituição e aperfeiçoamento de colegiados de pais e membros da comunidade escolar que participem ativamente da definição dos objetivos de ensino e da avaliação de seus resultados.

5 - Favorecer um ambiente adequado a aprendizagem:

- a - consolidando os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) como espaços físicos ideais para oferecer serviços de atenção integral, em articulação com setores de saúde, nutrição, esporte e lazer, cultura e trabalho;
- b - adequando e articulando equipamentos sociais existentes para desenvolvimento de estratégias de atenção integral às crianças e aos adolescentes.

6 - Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação:

- a - reestruturando o atual quadro de distribuição, entre níveis de governo, dos recursos fiscais e dos encargos de expansão e desenvolvimento e de manutenção e operação, para reduzir os

- efeitos dos diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;
- b - criando fundos e mecanismos não-convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de porte médio e áreas rurais críticas);
  - c - incrementando, em função das prioridades definidas, os gastos públicos acima dos níveis mínimos constitucionalmente determinados.
- 7 - Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional:
- a - ampliando a aquisição, transferência e adaptação de conhecimentos, informações e experiências institucionais;
  - b - expandindo e redirecionando os programas de formação e capacitação, no exterior, de recursos humanos para a educação básica;
  - c - intensificando os mecanismos de integração e cooperação educacional e cultural com países latino-americanos;
  - d -estreitando a cooperação com organismos internacionais e a participação no Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe (UNESCO/OREALC).

## **B - Metas Globais**

As metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, ou em períodos intermediários, atenderão aos seguintes escopos mínimos:

- » incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum, tomando como referência os novos padrões de conteúdos mínimos nacionais e de competências básicas a serem determinados para o sistema;
- » elevar a, no mínimo, 94% a cobertura da população em idade escolar,
- » assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo as repetências, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo a que 80% das gerações escolares, do final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento;
- » criar oportunidades de educação infantil para cerca de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais pobre;
- » proporcionar atenção integral a 1,2 milhão de crianças e adolescentes através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), em áreas urbanas periféricas;
- » ampliar o atendimento de jovens e adultos, priorizando a faixa de 15 a 29 anos, de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente a quatro séries para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados.

## C - Linhas de Ação Estratégica

O alcance dos objetivos e metas propostos requer o desenvolvimento de duas linhas de atuação, a partir das quais podem ser geradas condições de reversão do quadro educacional.

A primeira diz respeito à **atuação sobre a demanda**, correspondendo ao esforço empreendido junto aos vários setores sociais, de elevar o reconhecimento da importância política e estratégica da educação fundamental, tanto na construção da ética e da cidadania, quanto na condução de um desenvolvimento sustentado e socialmente justo.

O desenvolvimento que se pode imprimir à educação básica depende da importância política que a Sociedade Civil e o Estado atribuam ao projeto educacional do País. Torna-se, assim, necessária a criação de espaços para que todos os movimentos organizados, associações de pais e ex-alunos, grupos empresariais e sindicatos possam contribuir e desempenhar um papel ativo na melhoria da educação oferecida em todo o País.

Por outro lado, torna-se imperioso que os poderes públicos — Executivo, Legislativo e Judiciário — adotem postura ética e política, assegurando eficaz cumprimento dos mandatos constitucionais e legais e dos compromissos assumidos para a implementação do Plano Decenal de Educação.

Do mesmo modo, é vital um amplo e consciente engajamento político dos profissionais de educação neste esforço, seja pela efetiva inserção de suas representações nos processos decisórios e de controle e avaliação do desempenho do sistema, seja pelo estabelecimento de acordos a médio prazo para sua valorização social e profissional.

A mobilização social em torno da qualidade e equidade da educação básica exige, ainda, participação organizada dos meios de comunicação de massa, na difusão dos debates públicos sobre o tema e na criação de clima favorável às mudanças educacionais que o País requer.

A segunda linha corresponde à atuação sobre a oferta. Seu eixo norteador é o reordenamento do binômio QUALIDADE E EQUIDADE, visando a atingir novos padrões educacionais compatíveis com o direito social de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Nesta dimensão, constitui prioridade consensual o atendimento à população em idade escolar, na educação fundamental, tendo em vista a necessidade de concentrar energias, meios e recursos na melhoria do ensino, propiciando escolaridade básica completa para eliminar o analfabetismo e a subescolarização dos jovens e adultos.

Para tanto, serão enfatizadas as seguintes ações:

### 1 - Estabelecimento de padrões básicos para a rede pública

Todas as escolas deverão ter garantidas as condições básicas de oferta, a serem definidas e pactuadas pelos diversos níveis de governo, para assegurar ambiente apropriado ao desenvolvimento do processo de ensino.

### 2 - Fixação dos conteúdos mínimos determinados pela Constituição

O MEC, com o concurso das representações educacionais e da sociedade, deverá propor e especificar os conteúdos nacionais capazes de pautar a quantidade de educação socialmente útil e de caráter universal a ser oferecida a todas as crianças, consideradas suas diferenças. Complementações curriculares serão propostas em cada sistema de ensino e escolas, respeitando a pluralidade cultural e as diversidades locais. Igualmente se farão esforços de pesquisa para fundamentar avanços no âmbito das competências sociais, visando a enriquecer o processo curricular da escola.

### 3 - Valorização do magistério

A fixação e implementação de política de longo alcance para o magistério é condição precípua para o alcance dos objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional. Sendo uma questão complexa, sua elaboração deverá ser objeto de agenda especial de acordos e compromissos de co-responsabilidade, entre os três níveis de governo (União, Estados e Municípios), com o en-

volvimento de instituições de ensino superior, sindicatos e associações profissionais e demais segmentos sociais interessados.

Devem ser adotadas medidas legislativas e administrativas para tornar realidade o dispositivo constitucional que determina a valorização dos profissionais da educação. Planos de carreira capazes de promover a efetiva profissionalização do magistério, com base em referencial comum de padrões de remuneração e qualificação, devem ser assegurados.

Paralelamente, devem ser intensificadas as ações voltadas para a reestruturação dos processos de formação inicial e continuada, abrangendo a revisão dos currículos dos cursos médios e superiores de magistério e dos programas de capacitação dos profissionais ativos. Esse processo deve se estender a todas as categorias, destacando-se a dos dirigentes escolares, agentes importantes na melhoria da gestão do ensino.

#### 4 - Desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional

O sucesso do Plano Decenal pressupõe o reordenamento da gestão educacional, conferindo à escola a importância estratégica que lhe é devida como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços educacionais de boa qualidade. Fortalecer a sua gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional.

Ao mesmo tempo, faz-se necessária uma ampla redefinição das funções, competências e responsabilidades de cada nível da administração educacional, buscando descentralizar e integrar suas ações e possibilitar gestão articulada dos programas de educação fundamental.

A União, principalmente através do MEC, serão atribuídos papéis de coordenação e articulação da formulação e avaliação das políticas nacionais, de indução a inovações e de apoio técnico e financeiro para corrigir diferenças, zelando pelo princípio da equidade no atendimento à escolaridade obrigatória.

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, aos Estados e Municípios cumprirá explicitar seus respectivos encargos e compromissos em Planos Estaduais e Municipais de Educação, conforme as especificidades e características regionais e locais.

## **5 - Estímulo às inovações**

As diferenciadas clientelas a serem atendidas trazem consigo necessidades de aprendizagem igualmente variadas, exigindo das escolas grande flexibilidade e capacidade de adaptação em seus planos de ensino e métodos de gestão. Para estimular estas qualidades da escola, experiências inovadoras serão objeto de acompanhamento, avaliação, apoio e disseminação, tendo em vista a estimular seu efeito de demonstração para o desenvolvimento de estratégias educativas aptas a suplantarem as questões críticas do sistema, especialmente as que dizem respeito à "cultura da repetência", à avaliação da qualidade e à eficiência e democratização da gestão escolar.

## **6 - Eliminação das desigualdades educacionais**

O princípio de equalização de oportunidades educacionais com qualidade requer especiais cuidados no planejamento e na administração de recursos do sistema. Será preciso criar mecanismos de discriminação positiva entre regiões, redes e escolas mais carentes, visando a compensar as diferenças nas disponibilidades e programação de insumos e nos resultados de aprendizagem. Assim, o MEC deverá dar continuidade às políticas, já em curso, de aperfeiçoamento dos critérios de distribuição de recursos aos Estados e Municípios, de implementação do Projeto Nordeste de Educação e do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), bem como de estímulo aos programas de capacitação docente em áreas críticas de baixo desempenho em aprendizagem.

## **7 - Melhoria do acesso e da permanência escolar**

Do conjunto de esforços sobre a oferta de ensino, a permanência com sucesso na escola talvez constitua o maior desafio a ser en-

frentado neste final de século; pois, além de elevar o nível de produtividade escolar, terá amplo impacto sobre o acesso. O desenvolvimento de medidas de melhoria da qualidade da iniciação escolar (quatro séries iniciais), associado a avanços resultantes de programas curriculares inovadores, permitirá ganhos progressivos no fluxo escolar.

Contribuirá para este resultado, também, o aperfeiçoamento dos processos de avaliação escolar, estimulando o progresso do aluno e superando a "cultura da repetência", hoje dominante.

De outra parte, a implementação de programas de enriquecimento curricular da 5ª à 8ª série, para atendimento aos alunos com atraso escolar, poderá ser combinada com a educação para o trabalho, ajudando a evitar a evasão precoce e aumentando a escolaridade média dos jovens.

Estas medidas, aliadas às anteriormente mencionadas (padrões de qualidade, currículo, magistério, gestão), permitirão obter impactos positivos sobre os níveis gerais de desempenho e rendimento. No entanto, esforços adicionais deverão ser empreendidos para determinados segmentos da clientela escolar (indígenas, crianças de áreas rurais pobres, meninos de rua, trabalhadores por conta própria, entre outros), mediante adoção de planos, métodos e instrumentos apropriados à satisfação de suas necessidades específicas de aprendizagem. Destacam-se, neste caso, os que visem:

- a -ao atendimento de educação infantil a crianças provenientes de famílias em situação de pobreza, tendo em vista evidentes impactos que isto exerce sobre as oportunidades posteriores de educação fundamental. Em sua operacionalização será indispensável a participação de entidades não-governamentais, bem como aperfeiçoamentos na legislação que regula a participação de empresas na assistência aos filhos de seus empregados;
- b -à atenção integral à criança e ao adolescente, em unidades do PRONAICA e/ou em associação com outras organizações governamentais e não-governamentais;



- c - à integração à escola de crianças e jovens portadores de deficiência e, quando necessário, o apoio a iniciativas de atendimento educacional especializado;
- d - à oferta de programas diferenciados de avanço escolar para alunos já integrados aos mercados de trabalho, com regimes especiais de frequência, alternância pedagógica, educação a distância, entre outros;
- e - o atendimento da criança indígena, com programa de ensino bilíngue e pluricultural.

## **7 - Sistematização da educação continuada de jovens e adultos**

Faz-se necessário estruturar e institucionalizar programas alternativos de educação continuada, com o objetivo de reduzir o contingente atual de analfabetos entre 15-29 anos e elevar os níveis médios de escolaridade dos jovens e adultos subescolarizados. Entretanto, eles deverão resultar de amplos acordos de articulação entre as administrações estaduais e municipais de ensino, instituições especializadas de formação profissional e organizações não-governamentais aptas a operá-los em sistemas descentralizados, com elevada flexibilidade e versatilidade. Nesses acordos é necessária a participação de associações representativas das clientela a serem atingidas, sobretudo as de trabalhadores e as patronais.

A variedade de contextos da clientela requer grande mobilidade de meios de atendimento e constantes ajustamentos às disponibilidades de tempo e possibilidades dos educandos. Diante disso, a alternância entre atendimento presencial — em tempo e locais determinados, especialmente nos de trabalho — e atendimento a distância deve ser largamente adotada, com utilização intensa de programas de teleducação.

**IV**  
**MEDIDAS E**  
**INSTRUMENTOS DE**  
**IMPLEMENTAÇÃO**

## A - Consolidação das Alianças e Parcerias

Impõe-se como medida **prioritária** de implementação do Plano Decenal a consolidação da aliança formada entre o MEC, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Fórum dos Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação.

A experiência obtida na formação dessa aliança, no seu processo de trabalho e na formulação do Compromisso firmado na Semana Nacional de Educação para Todos deve ser objeto de ação continuada visando à sua institucionalização. Sendo o Brasil uma República Federativa, esta parceria entre os níveis de governo c condição imprescindível para a eficiente condução do processo de implementação e a avaliação dos resultados do Plano. Encontra respaldo constitucional no princípio de competências legais concorrentes da União e das Unidades da Federação c no mandato de integração entre Estados c Municípios para provimento de serviços sociais.

Nestes mesmos moldes devem ser criados e institucionalizados, sob a coordenação do MEC, mecanismos para a gestão colegiada do Plano, envolvendo não apenas as representações governamentais como as da sociedade civil.

Também no nível estadual será aconselhável a utilização destes mecanismos, bem como a institucionalização dos Conselhos Municipais. Implantados, será facilitada a elaboração dos correspondentes Planos Decenais de âmbito estadual, contemplando as parcerias entre Estados e Municípios, explicitando as metas e estratégias acordadas e tendo em vista o nível de desenvolvimento de cada sistema e os recursos disponíveis para seu alcance e realização. E necessário, para isso, considerar as ações já em andamento, ajustando-as ou intensificando-as de acordo com as necessidades de cada região e os recursos definidos para implementá-las.

Releva notar que medidas de caráter legislativo e administrativo se farão necessárias para viabilizar as reformas propostas no domínio curricular, na formação do magistério, nas políticas salariais, de carreira e de profissionalização. Do mesmo modo, serão requeridas agilidade e facilidades que permitam ajustes na legislação dos sistemas de ensino para as novas experiências curriculares, processos de avaliação de ensino e outras inovações pedagógicas, fortalecendo, para tanto, parcerias com os Conselhos de Educação e com as Comissões de Educação dos legislativos nacional, estaduais e municipais.

## **B - Eficiência e Equalização no Financiamento**

A implementação deste Plano exige a reestruturação e o fortalecimento do sistema de financiamento da educação em duas direções essenciais.

A primeira, no sentido de, no mínimo, recuperar os níveis de gastos públicos alcançados ao final dos anos oitenta, ou seja, de cerca de 4,3% do Produto Interno Bruto, elevando-o no correr da década a um patamar de 5,5%. Para isso, serão ampliados os controles sociais e institucionais, de modo a garantir que cada nível de governo aplique, efetivamente, na educação, os recursos constitucionalmente determinados. Além disso, deve-se conduzir uma adequada política de captação de recursos externos, permitindo realizar, com rentabilidade, investimentos que, de outro modo, teriam de ser postergados. Será necessário, também, incrementar, de modo socialmente equitativo, os gastos privados em educação, especialmente mediante o apoio de empresas, sociedades civis e organizações não-governamentais, a escolas e programas educacionais inovadores e de boa qualidade, dando prioridade àqueles que atendem às clientela mais pobres.

A segunda direção terá o sentido de conferir maior eficiência e equidade aos processos de programação e gestão dos recursos públicos, eliminando o desperdício e a superposição de ações. Isto se fará, em especial, mediante firme coordenação dos programas de investimentos e de manutenção, a cargo dos Estados e dos Municípios. Exigirá compromissos de atuação integrada, fundados em acordos prévios, institucionalizados mediante convênios ou outros instrumentos, em que as responsabilidades de cada parte estejam claramente definidas.

O MEC, com os recursos de que dispõe, deve atuar como estimulador dessas parcerias e como instrumento de redução das desigualdades entre as redes, entre as regiões e entre as áreas urbanas e rurais, pautando suas transferências pela qualidade, caráter inovador e alcance social dos projetos a serem apoiados.

Medidas específicas deverão complementar tais ajustes, destacando-se:

- 1 - a revisão de critérios de transferências de recursos intergovernamentais, levando-se em conta os diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;
- 2 - a redefinição, clara e precisa, das reais prioridades estratégicas e funcionais dos programas e projetos em curso ou a iniciar, e dos ciclos temporais em que poderão ser realizados, em face do estado atual de crise fiscal e das perspectivas de recuperação econômica;
- 3 - a implantação de mecanismos legais e institucionais que assegurem agilidade e eficiência nos financiamentos compartilhados (intergovernamentais e entre fontes governamentais e não-governamentais) e equidade em sua distribuição e programação;
- 4 - a implantação de fundos e mecanismos não-convencionais de financiamento de programas inovadores de melhoria de qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de porte médio e áreas rurais críticas);
- 5 - a melhoria e desenvolvimento da capacidade gerencial dos sistemas.

## **C - Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional**

A cooperação internacional é uma fonte de contribuições de inegável alcance para a formulação e implementação de uma política de educação para todos. Os conhecimentos e tecnologias acumulados internacionalmente são imprescindíveis para ampliar os horizontes de concepção e inovação dos processos de ensino e de administração educacional, requeridos para superar os obstáculos que o País enfrenta para universalizar com qualidade a educação básica.

Todavia, é importante fazer convergir os programas e ações de cooperação internacional na área da educação, para atender as necessidades básicas de aprendizagem da população brasileira, respeitando sua história e sua cultura.

Assim, deve-se buscar através de acordos de cooperação, a transferência e a adaptação de métodos e tecnologias, por meio do intercâmbio de conhecimentos e informações. Para melhor absorção e aproveitamento dessas transferências, serão direcionados para esses pontos de convergência, programas destinados à formação e atualização técnico-científica de recursos humanos, ampliando estas oportunidades a administrações educacionais nos Estados e Municípios.

Considera-se também relevante o intercâmbio de experiências administrativas, cujos avanços, em vários países, serão úteis aos processos de descentralização do sistema educacional e de democratização da gestão escolar.

## **D - Intensificação de Ações Governamentais em Curso**

Não obstante o porte e complexidade dos problemas que se enfrentam e as dificuldades sócio-econômicas e políticas apontadas, estão sendo desenvolvidas importantes ações corretivas e inovadoras. Uma das medidas de implementação do Plano Decenal consiste em intensificar essas ações e programas em andamento, compatibilizando-as com linhas de estratégias adotada\*. Neste sentido, destacam-se:

### **1. Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente — PRONAICA**

O PRONAICA é um forte instrumento para alcançar os objetivos de atenção integral à criança e ao adolescente, compreendendo a defesa da criança e do adolescente, a promoção e defesa da saúde, creche, pré-escola e educação escolar, esporte e lazer, difusão cultural, educação para o trabalho, alimentação e teleeducação.

Esses subprogramas são executados em estruturas físicas especiais — os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente — ou mediante adequação ou articulação de equipamentos sociais já existentes.

As estratégias do PRONAICA incluem mobilização das comunidades; administração compartilhada por União, Estados e Municípios e organizações comunitárias não-governamentais; participação de universidades e outras agências na formação e capacitação dos recursos humanos; e implantação de mecanismos nacionais e estaduais de acompanhamento, controle e avaliação.

### **2. Projeto Nordeste de Educação**

Com financiamento de US\$ 418,6 milhões do Banco Mundial e de US\$ 317,9 milhões dos governos federal e estaduais da Região Nordeste, este projeto tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação fundamental, com ênfase no segmento da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série, aumentando as taxas de aprovação e



o nível de aprendizagem dos alunos, tornando mais eficiente a gestão educacional e o suprimento de materiais de ensino-aprendizagem e recuperando infra-estruturas escolares.

No Componente Nacional, visará a consolidar a capacidade institucional do MEC para formular e implementar políticas no âmbito da educação básica — com o desenvolvimento e consolidação de sistemas de informações gerenciais e de acervos bibliográficos e capacitação das equipes técnicas do Ministério —, bem como, desenvolver o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e reestruturar os sistemas de distribuição do livro didático e da merenda escolar.

Suas metas — beneficiando a 6 milhões de alunos do ensino fundamental — incluem a capacitação de 625 mil professores, a distribuição de 100 milhões de exemplares de livros didáticos e a recuperação e/ou construção de 119 mil salas de aula. Para tanto, deverão ser implementados novos padrões de administração em nove Secretarias de Educação e aproximadamente duas centenas de projetos de inovação pedagógica e educacional nos Estados dessa Região.

### 3. Sistema Nacional de Avaliação Básica - SAEB

Articulando a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a Coordenação de Planejamento Setorial (CPS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), vem sendo desenvolvido e implementado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de 1º grau e prover informações para a avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional.

Seus objetivos compreendem a pesquisa e desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação escolar, a implementação, em Universidades e Centros de Pesquisa, de núcleos ou centros regionais de estudos em avaliação, a formação e capacitação de recursos humanos para a área e, por fim, a produção de pesquisa aplicada para subsidiar políticas públicas de qualidade educacional.

O projeto congrega a cooperação técnica internacional, além do Componente Nacional do Projeto Nordeste de Educação, que financiará, com US\$ 5 milhões, parte das operações do sistema. Isto permitirá realizar avaliação de desempenho da educação básica em diferentes níveis e segmentos do sistema escolar.

#### **4. Programa de Capacitação de Professores, Dirigentes e Especialistas**

O programa tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação técnico-profissional dos docentes e especialistas, bem como dos métodos de gestão e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Inclui duas dimensões: (1) a melhoria da formação inicial dos profissionais, o que implica profundas mudanças no sistema que proporciona essa formação; e (2) a sistematização e expansão da formação continuada dos profissionais da educação básica.

A implementação dessas linhas de ação envolve projetos de iniciativa do próprio Ministério de Educação e do Desporto e, sobretudo, aqueles propostos pelos sistemas de ensino e financiados pelo MEC. As universidades brasileiras e outras agências de formação estão sendo estimuladas a se integrarem ao programa.

Destaca-se, entre as ações em curso, o Programa Um Salto Para o Futuro, dirigido a professores das quatro primeiras séries. O programa é veiculado pela Televisão Educativa, via satélite, contando com uma rede de telepostos aparelhados com telefone e fac-símile, o que permite integração e resposta imediata às questões dos professores. O Ministério também vem articulando ações de cooperação educativa internacional na área de formação e capacitação docente.

#### **5. Programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais**

A consciência do agravamento da crise educacional gerou um amplo movimento, em administrações locais e em escolas, para superar a limitação dos meios, melhorar a gestão e o desempenho das unidades escolares e obter qualidade e equidade de oportunidades de aprendizagem. Para estimular e suprir recursos a tais iniciativas, o MEC criou o Programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais, coordenado pela SEF e o INEP, no âmbito

federal, articulando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, organismos internacionais, organizações não-governamentais e centros especializados de estudos e pesquisas.

O Programa envolve um amplo levantamento nacional de ações inovadoras em gestão e processos pedagógicos escolares, o estudo e avaliação dos casos mais relevantes e a disseminação de informações para as organizações públicas e civis que conduzem iniciativas. Alocando recursos significativos da quota federal do Salário-Educação e do Componente de Inovações do Projeto Nordeste de Educação, o programa permite financiar projetos selecionados por sua criatividade e potencial de reprodução e por suas contribuições à melhoria da qualidade e à universalização da educação básica.

## **6. Desenvolvimento da Leitura e da Escrita**

Tendo como pressuposto básico que o domínio da leitura e escrita constitui a base para se assegurar o êxito dos alunos no ensino fundamental e, conseqüentemente, o exercício pleno de sua cidadania, ações vêm sendo desenvolvidas pelo MEC, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com vistas à promoção da lecto-escritura na escola, de forma articulada à Política Nacional de Incentivo à Leitura — PROLER, coordenada pela Fundação Biblioteca Nacional.

Neste sentido cabe destacar, ao lado dos programas sistemáticos da Fundação de Assistência ao Estudante — Programa Nacional Livro Didático e Programa Nacional Salas de Leitura — a implantação pela Secretaria de Educação Fundamental, com a cooperação do Governo Francês, do Projeto Pró-Leitura na Formação dos Professores para a Educação Fundamental, que objetiva elevar a qualidade da formação profissional dos docentes, mediante a estreita integração entre a sua formação teórica e prática.

Para desenvolver a prática diária do ler, do escrever e do dizer, o Pró-Leitura busca instrumentalizar professores e alunos de instituições de formação de professores de nível médio e superior e de escolas de aplicação (pré-escolar e ensino fundamental), mediante a realização de seminários, oficinas de trabalho, reuniões técnicas e, sobretudo, através do apoio à organização e dinamização das salas de leitura e bibliotecas escolares.

## **7. Expansão e Melhoria da Educação Infantil**

Considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa do processo educativo e é integrante da Educação Básica, o MEC vem desenvolvendo ações de articulação com os sistemas de ensino e outros órgãos envolvidos no atendimento das crianças de zero a seis anos, visando à definição e execução de estratégias de expansão e melhoria da qualidade deste segmento da educação.

Destacam-se como ações prioritárias na área, o desenvolvimento de propostas pedagógicas e curriculares para a educação nessa faixa etária e a implementação de ações de formação inicial e continuada dos profissionais que nela atuam. Constitui preocupação especial a promoção da função educativa da creche (crianças até quatro anos), segmento que tem se caracterizado por atendimento predominantemente assistencial, deficitário no aspecto pedagógico.

A atuação do Ministério na área de Educação Infantil, em articulação com os órgãos executores, visa a favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social; promover a ampliação das experiências e conhecimentos da criança pequena; e contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

## **8. Sistema Nacional de Educação a Distância**

Encontra-se em fase de estruturação o Sistema Nacional de Educação a Distância que, conforme previsto em Protocolo de Cooperação assinado pelo MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do CRUB, do CONSED e da UNDIME, deverá aprimorar e ampliar o programa de capacitação e atualização dos professores, monitorar e avaliar os programas e projetos de educação a distância, bem como desenvolver projetos de multi-meios e de apoio à sala de aula. Estas ações abrangerão o ensino fundamental e pré-escolar, a educação especial, o ensino médio e tecnológico, além de suporte ao PRONAICA.

No âmbito do Sistema, está sendo instituído um consórcio de Universidades, em articulação com o CRUB, visando a desenvolver programas de formação e educação continuada para discentes e docentes de todos os níveis de ensino, bem como a implementar ações de pesquisa e desenvolvimento

para o uso de novas tecnologias de Telecomunicações e Informática na Educação. Programas de intercâmbio e de cooperação técnica deverão ser firmados com organismos nacionais e internacionais.

Buscar-se-á, ainda, ampliar e aprimorar a produção, edição e transmissão dos programas de educação a distância, por intermédio da Fundação Roquete Pinto, das emissoras que compõem o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), das emissoras de rádio e televisão universitárias, comunitárias e estaduais, além de Centros de Produção de Rádio e Televisão Educativos. Com o Sistema deverão ser incrementados projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, constituindo prioridade o desenvolvimento dos recursos humanos do setor educacional.

### **9. Estratégia de Equalização no Financiamento**

No exercício de sua função equalizadora e de correção das disparidades educacionais entre regiões, Estados e Municípios, o MEC formulou e vem implementando uma sistemática de financiamento de projetos na área da educação básica. Essa sistemática adota novos procedimentos e critérios de equalização para a concessão de recursos provenientes do Tesouro Nacional e do Salário-Educação, destinados aos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Protocolos de cooperação entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação são firmados, visando a assegurar padrões básicos de oferta de serviços educacionais e redução de índices de repetência e evasão. A sistemática permite que Estados e Municípios mais pobres recebam maior volume de recursos, compensando deficiências de arrecadação e corrigindo, em parte, as desigualdades existentes.

### **10. Descentralização dos Programas de Assistência ao Estudante**

Buscando integrar seus esforços aos de Estados e Municípios, no objetivo de universalização da educação, o MEC, através da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), vem descentralizando seus programas de assistência ao estudante, especialmente os relativos à merenda e ao livro didático.

O regime de colaboração estabelecido entre União, Estados e Municípios, em que cada instância assume responsabilidades e custos, tem possibi-

litado maior eficiência na oferta dos serviços, evitando-se superposição de ações e desperdícios de recursos.

## **11. Eficiência e Agilização do Sistema de Financiamento**

As contribuições do Salário-Educação constituem um vigoroso instrumento de financiamento da educação fundamental brasileira, aportando mais de dois bilhões de dólares aos orçamentos da União e das Unidades Federadas. Os recursos da Quota Federal — correspondente a um terço de sua arrecadação — são aplicados segundo critérios redistributivos, de modo a reduzir as desigualdades regionais de capacidade de financiamento educacional, destinando-se não menos de 25% a programas municipais de ensino.

Para contrabalançar os efeitos da crise fiscal, várias medidas estão em curso, sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestor desse sistema. Visam a tornar mais eficiente a arrecadação, aperfeiçoando seu processamento e procurando eliminar os focos de sonegação, bem como para modernizar e agilizar seus métodos de gestão, tornando mais rápidos e oportunos os repasses de recursos aos projetos apoiados pelo Fundo.

Faz-se necessário, em função de sua importância para o estímulo a inovações educacionais, à descentralização da gestão e ao aumento da eficiência dos sistemas de ensino, desenvolver seu potencial compensatório das diferenças sociais e regionais, reduzindo a concentração de seus benefícios nas áreas mais ricas do País, e aprimorar os mecanismos de definição e alocação de recursos através de uma "quota municipal", fortalecendo-se, assim, a gestão local de ensino.

Esforços adicionais serão feitos, também, para tornar mais rentável o gerenciamento financeiro dos recursos do Fundo, incrementando, deste modo, as suas disponibilidades e inovando suas fontes de captação, de modo a atender às necessidades postas pelo Plano Decenal de Educação.

## **12. Participação no Pacto pela Infância**

Além dessas ações, o MEC intensificará sua participação neste esforço convergente de órgãos públicos, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos, igrejas e setores organizados da sociedade, que têm por objetivo assegurar à criança — sobretudo nas áreas de educação, saúde e

combate à violência — os direitos da infância, conforme preconizado pela Constituição e pelas Convenções Internacionais, das quais o Brasil é signatário.

Desde seu início, o Pacto conseguiu avançar no processo de disseminação de direitos da cidadania infantil. A instalação, em abril de 1993, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, representava uma de suas reivindicações mais expressivas. Além disso, o Pacto mobilizou os governadores dos Estados, que firmaram compromisso em defesa dos direitos infantis.

**V**  
**CALENDÁRIO DOS**  
**PRINCIPAIS EVENTOS DE**  
**1993**



1 - Participação da reunião internacional na UNESCO a ser realizada em Paris, com o objetivo de apresentar o Plano Decenal como formalização do compromisso brasileiro com a Educação para Todos	JUNHO
2 - Reunião do Grupo Executivo e de Apoio Consultivo para definição das medidas a serem desenvolvidas até a Conferência Mundial de Nova Delhi/Índia	JUNHO
3 - Encaminhamento do Plano a todos os segmentos sociais (políticos, empresariais, sindicais e outros) e recolhimento de sugestões para o Plano	JUNHO A SETEMBRO
4 - Elaboração dos Planos Estaduais de Educação para Todos em parceria com os Municípios e segmentos sociais	JUNHO A SETEMBRO
5 - Intensificação de campanhas de mobilização e de sensibilização social em torno da Educação para Todos	JUNHO A SETEMBRO
6 - Reunião nacional para a apresentação dos Planos Estaduais e compartilhamento dos compromissos	SETEMBRO
7 - Preparação de relatórios para a Conferência Mundial de Nova Delhi/Índia	SETEMBRO A OUTUBRO
8 - Reuniões Técnicas para discussão e geração de subsídios para os aspectos setoriais do Plano	JULHO A OUTUBRO
9 - Participação do Governo brasileiro na Conferência Mundial de Nova Delhi/Índia	NOVEMBRO

**DECLARAÇÃO MUNDIAL  
SOBRE EDUCAÇÃO PARA  
TODOS — *SATISFAÇÃO DAS  
NECESSIDADES BÁSICAS DE  
APRENDIZAGEM***

## **PREAMBULO**

*Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos que "toda pessoa tem direito à educação". No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades:*

- » *mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário;*
- » *mais de 960 milhões de adultos — dois terços dos quais mulheres — são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;*
- » *mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e*
- » *mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.*

*Ao mesmo tempo, o mundo tem que enfrentar um quadro sombrio de problemas, entre os quais: o aumento da dívida de muitos países, a ameaça de estagnação e decadência econômicas, o rápido aumento da população, as diferenças econômicas crescentes entre as nações e dentro delas, a guerra, a ocupação, as lutas civis, a violência; a morte de milhões de crianças que poderia ser evitada e a degradação generalizada do meio ambiente. Esses problemas atropelam os esforços envidados no sentido de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, enquanto a falta de educação básica*

*para significativas parcelas da população impede que a sociedade enfrente esses problemas com vigor e determinação.*

*Durante a década de 80, esses problemas dificultaram os avanços da educação básica em muitos países menos desenvolvidos. Em outros, o crescimento econômico permitiu financiar a expansão da educação mas, mesmo assim, milhões de seres humanos continuam na pobreza, privados de escolaridade ou analfabetos. E em alguns países industrializados, cortes nos gastos públicos ao longo dos anos 80 contribuíram para a deterioração da educação.*

*Não obstante, o mundo está às vésperas de um novo século carregado de esperanças e de possibilidades. Hoje, testemunhamos um autêntico progresso rumo à distensão pacífica e de uma maior cooperação entre as nações. Hoje, os direitos essenciais e as potencialidades das mulheres são levados em conta. Hoje, vemos emergir, a todo momento, muitas e valiosas realizações científicas e culturais. Hoje, o volume das informações disponíveis no mundo - grande parte importante para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas - é extremamente mais amplo do que há alguns anos, e continua crescendo num ritmo acelerado. Estes conhecimentos incluem informações sobre como melhorar a qualidade de vida ou como aprender a aprender. Um efeito multiplicador ocorre quando informações importantes estão vinculadas com outro grande avanço: nossa nova capacidade em comunicar.*

*Essas novas forças, combinadas com a experiência acumulada de reformas, inovações, pesquisas, e com o notável progresso em educação registrado em muitos países, fazem com que a meta de educação básica para todos - pela primeira vez na história - seja uma meta viável.*

*Em consequência, nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos e, Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990:*

- » Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;*
- » Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente*

*mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;*

- » *Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social;*
- » *Reconhecendo que o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento;*
- » *Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível;*
- » *Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; e*
- » *Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio, proclamamos a seguinte*

*Declaração Mundial sobre Educação para Todos:  
Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*

# EDUCAÇÃO PARA TODOS: OBJETIVOS

## ARTIGO I - SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM

- 1. Cada pessoa — criança, jovem ou adulto — deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.*
- 2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de u/na sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.*
- 3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. E nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.*
- 4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes,*

*sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.*

## EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA VISÃO ABRANGENTE E UM COMPROMISSO RENOVADO

### ARTIGO 2 - EXPANDIR O ENFOQUE

1. *Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia.*
2. *Este enfoque abrangente, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende o seguinte:*
  - » *universalizar o acesso à educação e promover a equidade;*
  - » *concentrar a atenção na aprendizagem;*
  - » *ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;*
  - » *propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;*
  - » *fortalecer alianças.*
3. *A concretização do enorme potencial para o progresso humano depende do acesso das pessoas à educação e da articulação entre o crescente conjunto de conhecimentos relevantes com os novos meios de difusão desses conhecimentos.*

**ARTIGO 3 - UNIVERSALIZAR O ACESSO À EDUCAÇÃO E PROMOVER A EQUIDADE**

- 1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.*
- 2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.*
- 3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.*
- 4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos — os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas, as minorias étnicas, raciais e linguísticas, os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação — não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.*
- 5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar as medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.*

**ARTIGO 4 • CONCENTRAR A ATENÇÃO NA APRENDIZAGEM**

- 1. A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo — para o indivíduo ou para a sociedade — dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, aprenderem*



*conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.*

## ARTIGO 5 - AMPLIAR OS MEIOS E O RAIOS DE AÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

*A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os seguintes elementos:*

- » *A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado.*
- » *O principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar é a escola fundamental. A educação fundamental deve ser universal, garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, e levar em consideração a cultura, as necessidades e possibilidades da comunidade. Programas complementares alternativos podem ajudar a satisfazer as necessidades de aprendizagem das crianças cujo acesso à escolaridade formal é limitado ou inexistente, desde que observem os mesmos padrões de aprendizagem adotados na escola e disponham de apoio adequado.*
- » *As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que*

*saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não-formal em matérias de saúde, nutrição, população, técnicas agrícolas, meio ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar — incluindo-se aí a questão da natalidade — e outros problemas sociais.*

- » *Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos.*

*Estes componentes devem constituir um sistema integrado — complementar, interativo e de padrões comparáveis — e deve contribuir para criar e desenvolver possibilidades por toda a vida.*

## **ARTIGO 6 - PROPICIAR UM AMBIENTE ADEQUADO A APRENDIZAGEM**

*A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente, e esta interação deve ser usada para criar, em benefício de todos, um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração.*

## **ARTIGO 7 - FORTALECER AS ALIANÇAS**

*As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos do governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. Neste contexto, as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os países signatários da Recomendação Relativa à Situação do Pessoal Docente OIT/UNESCO (1966). Alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica. Quando nos referimos a "um enfoque abrangente e a um compromisso renovado", incluímos as alianças como parte fundamental.*

## **EDUCAÇÃO PARA TODOS: OS REQUISITOS**

### **ARTIGO 8 - DESENVOLVER UMA POLÍTICA CONTEXTUALIZADA DE APOIO**

- 1. Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e*

*ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade.*

- 2. A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser possível estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo.*

## **ARTIGO 9 - MOBILIZAR OS RECURSOS**

- 1. Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm u/na contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um País.*
- 2. Um apoio mais amplo por parte do setor público significa atrair recursos de todos os órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento humano, mediante o aumento em valores absolutos e relativos, das dotações orçamentárias aos serviços de educação básica. Significa, também, reconhecer a existência de demandas concorrentes que pesam sobre os recursos nacionais, e que, embora a educação seja um setor importante, não é o único. Cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação resultará em um maior rendimento, e poderá ainda atrair novos recursos. A urgente tarefa de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem poderá vir a exigir uma realocação dos recursos entre setores, como por exemplo, uma transferência de fundos dos gastos militares para a educação. Acima de tudo, é necessário uma proteção especial para a educação básica nos países em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora,*

*mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico.*

#### **ARTIGO 10 - FORTALECER A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL**

- 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional e relações econômicas honestas e equitativas, a fim de corrigir as atuais disparidades econômicas. Todas as nações têm valiosos conhecimentos e experiências a compartilhar, com vistas à elaboração de políticas e programas educacionais eficazes.*
- 2. Será necessário um aumento substancial, a longo prazo, dos recursos destinados à educação básica. A comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições intergovernamentais, têm a responsabilidade urgente de atenuar as limitações que impedem algumas nações de alcançar a meta da educação para todos. Este esforço implicará, necessariamente, a adoção de medidas que aumentem os orçamentos nacionais dos países mais pobres, ou ajudem a aliviar o fardo das pesadas dívidas que os afligem. Credores e devedores devem procurar fórmulas inovadoras e equitativas para reduzir este fardo, uma vez que a capacidade de muitos países em desenvolvimento de responder efetivamente à educação e a outras necessidades básicas será extremamente ampliada ao se resolver o problema da dívida.*
- 3. As necessidades básicas de aprendizagem dos adultos e das crianças devem ser atendidas onde quer que existam. Os países menos desenvolvidos e com baixa renda apresentam necessidades especiais que exigirão atenção prioritária no quadro da cooperação internacional à educação básica, nos anos 90.*
- 4. Todas as nações devem agir conjuntamente para resolver conflitos e disputas, pôr fim às ocupações militares e assentar populações deslocadas ou facilitar seu retorno a seus países de origem, bem como garantir o atendimento de suas necessidades básicas de aprendizagem. Só um ambiente estável e pacífico pode criar condições para que todos os seres humanos, crianças e adultos, venham a beneficiar-se das propostas desta declaração.*

*Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos reafirmamos o direito de todos à educação. Este é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva — assegurar educação para todos. Comprometemo-nos em cooperar, no âmbito da nossa esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Juntos apelamos aos governos, às organizações interessadas e aos indivíduos, para que se somem a este urgente empreendimento.*

*As necessidades básicas de aprendizagem para todos podem e devem ser satisfeitas. Não há modo mais significativo do que este para iniciar o Ano Internacional da Alfabetização e avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências (1983-1992), Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Estratégias para o Desenvolvimento da Mulher, e da Convenção sobre os Direitos da Criança. Nunca antes uma época foi tão propícia à realização do nosso compromisso em proporcionar oportunidades básicas de aprendizagem a todos os povos do mundo.*

*Adotamos, portanto, esta **Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, e aprovamos o **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**, com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos nesta Declaração.*

*Conferência Mundial sobre Educação para Todos*

*Jomtien, Tailândia*

*5 a 9 de março de 1990*

## Portaria n<sup>o</sup>i 489 de 18 de março de 1993

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, no uso das suas atribuições e tendo em vista o compromisso assumido, internacionalmente, de elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos,

### RESOLVE:

Art. 1<sup>o</sup> - Fica criada a Comissão Especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos, sob a coordenação da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério.

Art. 2<sup>o</sup> - Para executar o trabalho, a Comissão Especial contará com um Grupo Executivo que terá a seguinte composição:

- 1 Representante da Secretaria de Educação Fundamental;
- 1 Representante da Secretaria de Projetos Educacionais Especiais;
- 1 Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);
- 1 Representante da Coordenação Geral de Planejamento Setorial;
- 2 Representantes do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED);
- 2 Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Art. 3<sup>o</sup> - A Comissão Especial contará com assessoria técnica das Secretarias e setores afins do Ministério com o objetivo de colher subsídios e compatibilizar linhas de ação política do Plano.

Art. 4<sup>o</sup> - A Comissão contará, também, com um Comitê de Apoio integrado por representantes de entidades governamentais e não governamentais representativas do setor educacional.

Art. 5<sup>o</sup> - No período de 10 a 14/05/93 será realizada a Semana Nacional de Educação para Todos com vistas a debater a versão preliminar do Plano.

Art. 6<sup>o</sup> - A Comissão Especial terá prazo de 60 (sessenta) dias para ultimar a elaboração do Plano.

Art. 7<sup>o</sup> - A Coordenação da comissão está autorizada a praticar todos os atos legais e administrativos para fim do disposto no Artigo anterior.

Art. 8<sup>o</sup> - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

*Murílio de Avellar Hingel.*

MEC / INEP  
SIBE - CIBEC

**COMPROMISSO NACIONAL  
DE EDUCAÇÃO PARA  
TODOS\***



# COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

O período de aguda crise social e econômica que vive a Nação brasileira exige redobrados esforços para a consolidação da democracia e da cidadania. Nosso sistema escolar, de baixa qualidade e produtividade, não consegue responder às exigências de uma sociedade democrática e cidadã.

Apesar do avanço quantitativo do ensino fundamental observado na década de 80, o direito de todos à Educação, consagrado na Constituição de 1988, permanece ainda um desafio para o presente e o futuro.

Os compromissos assumidos necessitam, portanto, de uma reafirmação efetiva pela ação do Poder Público e de todos os segmentos da sociedade. Não podemos mais tolerar: de cada 1.000 crianças que ingressam na primeira série, apenas 45 concluem o ensino fundamental em oito anos e sem repetência; da população de 15 anos e mais, 18,3% são ainda analfabetos.

A conquista de um padrão de escolarização de melhor qualidade, que permita inserir o Brasil em novo patamar de desenvolvimento, depende de ampla mobilização da sociedade. Neste sentido, os participantes da Semana Nacional de Educação Para Todos, reunidos em Brasília-DF, de 10 a 14 de maio de 1993, decidiram propor a seguinte agenda de compromissos para orientar o Plano Decenal de Educação Para Todos e assim responder aos reclamos da democracia e da cidadania no Brasil.

*1 - Institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e a articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público.*

*2 - Assegurar eficiente e oportuna aplicação dos recursos constitucionalmente definidos, bem como outros que se fizerem necessários, nos próximos dez anos, para garantir a conclusão do ensino fundamental para, pelo menos, 80% da população em cada sistema de ensino.*

\* Em 14 de maio de 1993, na Semana Nacional de Educação para Todos o compromisso foi assumido pelas três instâncias públicas de execução da política de educação básica para todos: MEC CONSED e UNDIME além de diversos segmentos sociais e outros setores do Poder Público.

3 - Elevar a qualidade do ensino fundamental, reconhecendo a escola como espaço central da atividade educativa, dotado de estrutura material, pedagógica, organizacional e financeira capaz de oferecer à comunidade escolar condições de realizar o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem das crianças e adolescentes.

4 - Atribuir às unidades escolares, nos sistemas de ensino, crescente autonomia organizativa e didático-pedagógica, propiciando inovações e sua integração no contexto local.

5 - Valorizar social e profissionalmente o magistério, por meio de programas de formação permanente, plano de carreira, remuneração e outros benefícios que estimulem a melhoria do trabalho docente e da gestão escolar.

6 - Definir as competências e responsabilidades das diferentes instâncias e setores do Poder Público, em regime de colaboração, incorporando a participação de entidades, grupos sociais organizados e da família no processo de gestão das políticas educacionais e da escola.

7 - Engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo um organismo permanente de mobilização, assessorado por grupo técnico de acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

14 de maio de 1993  
Murílio de Avellar Hingel  
Maria Aginé de Medeiros Machado  
José Carlos Almeida da Silva  
Heldo Vitor Mulatinho  
Miguel Ángel Enriquez  
Olívia Olívia Correa Monteiro  
Maria de Fátima Guerra de Sousa

Autoridades presentes à mesa por ocasião da solenidade de encerramento que assinaram o presente compromisso:  
Murílio de Avellar Hingel, Ministro da Educação e do Desporto - Maria Aginé de Medeiros Machado, Secretária de Educação Fundamental - José Carlos Almeida da Silva, Presidente do CRUB - Heldo Vitor Mulatinho, Presidente do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação • Miguel Angel Enriquez, Representante da UNESCO no Brasil - Walfrido Mares Guia, Presidente do CONSED - Olívia Olívia Correa Monteiro, Presidente da UNDIME • Maria de Fátima Guerra de Sousa, Diretora da Faculdade de Educação da UnB

Compromisso Nacional de Educação para Todos  
(continuação das assinaturas de adesão)

Euclides Brito da Silva  
CÂNDIDO P. DE AQUINO - SEC. ED. PR.  
Caroyma - EEDF  
Belgiquiade J. Silva - UNIME - PARA  
Mário Junior - UNICEF  
COSTA ASSIS - SEPESPE/MEC  
MIR

Maria Helena de Azeite, Frls. Conselho E. Educ. S/Repr.  
Polívio Ferreira (Sec. de Educação de Pernambuco)

João Pereira Filho - Diretor da SEF/MEC.  
Háide de Aguiar Tavares - SEEC/SERGIPE  
Oscarite Ribeiro Bezerra - SEEC/SERGIPE  
Livodunus Laurindo - SEEC/Serapiá

Maria da Graça de Souza - SEF/MEC  
Leonardo Antônio Henri - SEEDUC/MA.

Maria da Graça da Sr. de Oliveira - SEEDUC-MA  
Maria de Jesus Marinho Araujo - SEEDUC-MA  
Heleno Furtado - Instituto Hebeert Louy.

Magalhães Jardim Barreiros - MEC/SEC/COMAG

Clara de Anatas Brito Pinto - MEC/SEF/20P/COMAG

Wário Antônio de Melo Cabral - SECD/RR

Jean Louisa de Silva Lopes - SEDUC/PA

Quêti Monteiro Porto - SEDUC - Amazonas

Zilda Medeiros dos Santos Primitiva - SEC/ACRE

Guilhermina Bomfim Bezerra - SEC/ACRE

Luís Cerqueira Brandão - SECD/GO

SEEDUC/MA Maria de Souza - SECD/GO

Regina Lucia Borges - SEE/MT

M. M. L. G. - Instituto Federal

Compromisso Nacional de Educação para Todos  
(continuação das assinaturas de aderência)

Manoel dos Reis de Oliveira - UNDIME - ENAP  
Luiza Amich dos Mares Guia (FUNEC - MG)

Saturado Moura - SEOU - ES

Procurador Martin - MEC/SEF

Paulo Melo SEC/RN

Amorim Juf SEC/RN

~~Augusto~~ CEE/RN

July Mello de C. M. C. CEE-PA

Alguns Greif, Auto, Juf, UNB/MAC/PA - PARANÁ.

Yara Antunes - CEE/RS

W. Kessel - CPS/MEC CEE/PR

Adriano de A. Lima - INEP

Buritela Soares Lima - SECRETARIA - PIAUI

Cristina Maria do Vale L. S. S. - SEED - PE

Walter Mello de Oliveira Neves - Fundação Rogette Pinto

Walter Garcia CNPq

Jana Jataí Pereira Jure - UFRGS

Dira Lívia Cabanellas Damini - C.E.E./AC.

Maria Eduarda Martens FE/UFG. Goiás.

Simone de Sá Lago VARIG/DF.

Enli C. Moraes Seixas - UNDIME Paraná

M.M.

Luiz Carlos - Sec. Est. da Educação - Paraná

Vilma Figueiredo

~~Paulo Roberto~~ - Conselho Estadual de Educação de Pernambuco

Paulo Roberto - DIR. FINANCEIRO FNDE/MEC

Lucy Maria Brandes EM/MEC

Alu - INEP/MEC

Amândeo - UNIME

Maria Aparecida Scheppei Loureiro (Silva) MBES/SPH

Luís J. Gomes - Conselho Estadual de Educação  
Sta. Catarina

Rosita Lellen Corralho - SEESP/MEC

Marta Paulo Figueiredo Barros - Al. Min. Ex

Lizete Catarina - JPGA/UFPR

Paulo Roberto de M. Campos - FNDE/MEC

~~Leandro~~ - FNDE/MEC

Mozart Campos Moreira - UNIME - MG

Paulo de Faria - DOR/MEC

Wagner e. de Oliveira - DEMEC - TO

Márcia Zilene Cardoso - Secretária de Educação  
de Santa Catarina

Luís Evangelista Rodrigues - SEC/Bahia

Carolina Amanda Santiago - MEC/SEF/DDP/COMAG

Francy Chikara - Fundação Victor Civita (FVC)

Alber Barbosa Schaffer - SEC/Santa Catarina

Abner Colchete de K. - Conselho Estadual de Educação/RG (Presidente)

João Luís Daltro - " " " " (PARAIBA (Presidente))

Wagner Gomes - SEC EDUC. FUNDAMENTAL/MEC

Paulo Salgado - Universidade de Brasília

Beatriz Alves Farias - INEP/MEC

Maria Auxiliadora Lima Bessa - Secretária do Banco de Sta. Catarina  
Diretora de Ensino Superior

Maria Luiza - Inete Machado - p/p Secretaria de Educaçõ do Ceará  
 Carlos Alberto Rodrigues Alves - Secretaria de Estado de Ed.  
 L. Tarana  
 Ronaldo Antonio Gonçalves - Secretariz de Estado de Educaçõ.  
 Paulo  
 Silvana Aquette Kuei - p/p Secretaria de Educaçõ do SP  
 Helena Maria Samois - Vol de Missões MEC  
 Joseleir Fomerec de Almeida - MEC  
 Edineiza Faria Rodrigues - SECD/RR  
 Carla Rosane Bressan - Secretaria do Estado GC.  
 Edmilda Santana da Silva Moraes - Secretaria da Educaçõ Estado Bahia  
 Moetons Caudy da Silva - SGECE - AP  
 SGECE - AP  
 Marcos da Conceiçõ do Rio Grande  
 Doraete Maria Tejo Doraie - DEMEC/PE  
 Grambriia B. Aguiar - SESI/DNI  
 Marcin - Reis Raposo - SESI - Departamento Nacional  
 de Educaçõ Superior do Sudoeste - Funções Especiais de Educaçõ Superior  
 Maria da Graça Magalhães - UDIMEPE - Vice-presidente  
 Aurea Lid Lopes Ribeiro Ferreira de Britto - SESPE - MEC  
 Iraci Gomes Santa Inez - Faculdade de Filosofia - UNEB - Bahia  
 Francisca M. S. Marques - Secretaria Federaçõ - PE  
 Jéssica José Lindgren Alves - Secretari de Estado de Educaçõ RJ  
 Maria Nazari Gomes de Souza - Secretariz de Estado de Educaçõ RJ  
 M.ª do Gló Camara Chaves - Universidade Federal do Amazonas  
 Valdete da Louz Carneiro - Universidade Federal do Amazonas  
 Carlos de O. - MEC - SET  
 Raquel Mendonça - CEE - PB  
 CNI - SENAI/SESI  
 Nacim W. Chieco - CEE - SP

Dilza Maria Moreira - Setor Educação da CNBB

Luciana de Mello Jomide Góia MEC/FE/UNB

Luiz Inácio de O. S. Santos MEC/SEF/DDP

~~Luiz Inácio de O. S. Santos~~ FINAPA - CEE/BA  
Pedro José da Barreto

Maria de Fátima da S. Botelho - MEC/SEF/DDP

Maria da Paz Freitas Lima - MEC/SEF/DDP/CODE

Antônia Ferreira Campos - MEC/SEF/DDP/CODE

Almeida Maciel de ~~...~~ - Presidente do Conselho Estadual de Educação - Pernambuco

Teófilo Veric - Secretário Municipal de Vitória - E.S

Marjorie Duarte, Sec. Estado de Educação e Cultura, ES

Marta Santos de Almeida - Presidente do Conselho Estadual de Educação, ES

Camilo Sáez Parreira UNB/ANE/DEX

~~Camilo Sáez Parreira~~ EXTENSÃO/UNB - UNB CAMPUS

Marcos Rodrigues " " " "

Antônio Carlos - UFPA - UNIME

Angela Lúcia Barreto - MEC/SEF/DDP

# **TABELAS**



**TABELA 1**  
**BRASIL: POPULAÇÃO**  
**Taxas de Crescimento da População Residente em Zonas Urbanas/Regiões**  
**Metropolitanas, Segundo Regiões**  
**Período 1950 -1980**

	CRESCIMENTO ANUAL %			REGIÕES METROPOLITANAS CRESCIMENTO ENTRE 1970/1980		
	1950/60	1960/70	1970/80	Nº de RM	TOTAL	ANUAL (7c)
	NORTE	5,0	5,4	6,4	1	52,3
NORDESTE	4,6	4,6	4,1	3	43,2	3,7
SUDESTE	4,9	5,2	4,0	3	43,5	3,8
SUL	6,4	5,3	5,0	2	56,1	4,5
CENTRO-OESTE	8,9	9,9	7,7	1	119,0	8,2
BRASIL	5,2	5,2	4,4	10	46,6	3,9

FONTE: IBGE, Censos Demográficos

**TABELA 2**  
**BRASIL: POPULAÇÃO**  
**Projeção das Taxas de Crescimento Populacional de 1980 a 2010**

PERÍODOS	Taxas de Crescimento (% ao ano)	População ao Final do Período (milhares)
1980- 1985	2,1	133.358,6
1985- 1990	1,8	145.895,7
1990- 1995	1,6	158.228,9
1995 - 2000	1,5	170.205,8
2000 - 2005	1,4	182.426,5
2005 - 2010	<u>1,3</u>	<u>194.399,2</u>

FONTE: IBGE, Censos Demográficos  
 Projeção IPEA TABELA 9

**TABELA 3**  
**BRASIL: POPULAÇÃO**  
**Projeção da Estrutura Etária da População de 1980 a 2010**  
**(Percentuais)**

Grupos de Idade	1980	1990	2000	2010
0 - 4	14.4	11.4	9.9	9.2
5 - 9	12.6	11.4	9.7	8.9
10 - 14	11.9	11.5	9.5	8.5
15 - 19	11.3	10.2	9.7	8.4
20 - 24	9.6	9.7	9.8	8.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: IBGE, Censos Demográficos para os dados básicos

**TABELA 4**  
**BRASIL: POPULAÇÃO**  
**Projeção das Populações Escolares Futuras de 1990 a 2010**

Grupos de Idade	1990	Taxa de Crescimento	2000	Taxa de	2010
População Total	145.895,7	1,6	170.205,8	1,3	194.399,2
0 - 4	16.632,1	0,1	16.850,4	0,6	17.884,7
0 - 3	13.305,7		13.480,3		14.307,8
<b>4 - 6</b>					
<b>5 - 9</b>	16.632,1	(0,1)	16.510,0	0,5	17.301,5
7	3.659,1		3.695,8		3.884,8
<b>10 - 14</b>	16.778,0	(0,4)	16.169,6	0,2	16.523,9
15 - 19	14.881,4	1,0	16.510,0	(0,1)	16.329,5
20 - 24	14.151,9	1,7	16.680,2	(0,3)	16.135,1

FONTE: IBGE, Censos Demográficos para os dados básicos

**TABELA 5**  
**BRASIL: POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS**  
**1990-2010**

Grupos de Idade	1990	2000	2010
0 - 4	16.632,1	16.850,4	17.884,7
0 - 3	13.305,7	13.480,3	14.307,8
4 - 6	9.979,3	10.079,5	10.700,9
0 - 6	23.285,0	23.559,8	25.008,7
<b>População Pobre de 0 a 6 Anos</b>			
- Total	10.012,5	10.130,7	10.753,7
	4.637,0	4.712,0	5.001,7

FONTE: Dados da PNAD 1987

NOTA: Percentuais de pobreza mantidos constantes no período

**TABELA 6**  
**BRASIL: EDUCAÇÃO**  
**Taxas de Analfabetismo na População de 7 -19 anos, por domicílio - 1980/90**  
**(Percentuais)**

	URBANA		RURAL	
FAIXA ETÁRIA	1981	1990	1981	1990
Total	17,5	13,5	44,0	37,8
7 - 9	40,6	28,8	70,2	62,6
10 - 14	11,9	7,8	36,5	29,9
15 - 19	6,7	5,3	25,7	20,5

FONTE: PNADs

## TABELA 7

## BRASIL: EDUCAÇÃO

Pessoas de 15 a 29 anos, Analfabetas, com Escolaridade Inferior a 1 ano e Inferior a 4 anos de Estudo por Região e Situação de Domicílio - 1988  
(Estimativas de Efetivos em Milhares)

REGIÃO	URBANA				RURAL				TOTAL			
	Escolaridade		1 a 4 anos	Escolaridade		1 a 4 anos	Escolaridade		1 a 4 anos	Escolaridade		1 a 4 anos
	Analfabetos	Menos de 1 ano		Analfabetos	Menos de 1 ano		Analfabetos	Menos de 1 ano		Analfabetos	Menos de 1 ano	
NORTE	57,1	17,9	371,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	695,6	58,0	1.519,4	1.558,9	268,7	2.254,5	2.254,5	2.254,5	326,7	6.338,6	6.338,6	6.338,6
SUDESTE	715,7	125,0	4.141,9	430,8	56,9	1.146,5	1.146,5	1.146,5	181,9	7.206,8	7.206,8	7.206,8
SUL	196,9	29,8	1.011,0	255,2	26,7	452,1	452,1	452,1	56,5	3.606,9	3.606,9	3.606,9
CENTRO-OESTE	118,8	22,3	502,0	124,0	26,7	242,8	242,8	242,8	49,1	1.246,9	1.246,9	1.246,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.784,0</b>	<b>253,0</b>	<b>7.546,0</b>	<b>2.369,0</b>	<b>379,0</b>	<b>4.153,0</b>	<b>4.153,0</b>	<b>4.153,0</b>	<b>632,0</b>	<b>18.771,0</b>	<b>18.771,0</b>	<b>18.771,0</b>

FONTE: IBGE, PNAD

NOTA: ESCOLARIDADE = Anos Completos de Estudos

**TABELA 8**  
**BRASIL: EDUCAÇÃO**  
**Taxas de Escolarização da População de 7 a 14 Anos de Idade: Evolução no Período 1950 - 1990**

ANOS	MATRÍCULAS TOTAIS			MATRÍCULAS DE 7 A 14 ANOS			Taxas de Escolarização (%)
	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS (1000)	Primário (1000)	Ginásial (1000)	Primário (1000)	Ginásial (1000)	Total (1000)	
1950	10.402,7	3.709,9	421,7	3.561,5	206,4	3.767,9	36,2
1960	14.604,4	6.423,6	910,3	6.103,6	436,9	6.540,5	45,4
1970	19.693,0	12.812,0	3.082,6	11.845,3	1.3564,6	13.209,9	67,1
1980	22.981,8	16.089,7	6.508,5	.	.	18.476,7	80,4
1990	26.757,3	18.812,8	7.610,0	.	.	23.252,1	86,9

FONTES: IBGE, Censo Demográfico; MEC/SEEG, Superes. Estatísticas

TABELA 9  
BRASIL: EDUCAÇÃO  
Dispêndios Públicos em Educação  
Como Proporção do PIB - 1989/1990

ANOS	PIB	CRESCIMENTO	GASTO PÚBLICO EDUCAÇÃO	
	(US\$ BILHÕES)		(%)	(US\$ BILHÕES)
1989	311.1		13.4	4.3
1990	296.7	-4.6	11.6	3.9
1991	284.9	-4.0	10.8	3.8
1992'	290.0	1.7	11.0	3.8

FONTES: Estimativas IPEA para gastos em Educação  
Banco Central para dados do PIB

NOTA: (•) PIB e Gastos Educacionais sob hipótese de estabilização

TABELA 10  
BRASIL: EDUCAÇÃO  
Matrículas por Série, de Alunos Novos e Repetentes no Ensino de 1º Grau -1983/1987

ANOS	SÉRIES								TOTAL		
	1ª		2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª		8ª	
	Registrado	Ajustado									%
TOTAL (Milhares de Alunos)											
1983	6.657	6.657	100,0	3.952	3.174	2.495	2.589	1.886	1.487	1.183	23.423
1984	7.419	7.419	100,0	4.167	3.255	2.647	2.681	1.941	2.509	1.169	25.788
1985	6.745	6.745	100,0	4.482	3.363	2.719	2.746	1.957	1.528	1.191	24.731
1986	6.102	6.102	100,0	4.187	3.534	2.837	2.890	2.029	1.562	1.244	24.365
1987	6.140	6.140	100,0	4.301	3.715	2.985	2.989	2.079	1.570	1.213	24.992
Taxas Anuais de Crescimento											
1ª a 4ª Séries											
5ª a 8ª Séries											
ALUNOS NOVOS											
1983	4.580	3.085	46,3	3.135	2.696	2.187	2.024	1.580	1.281	1.164	18.647
1984	5.359	3.876	52,2	3.308	2.812	2.353	2.067	1.665	2.328	1.065	20.957
1985	5.094	3.905	57,9	3.617	2.834	2.370	2.108	1.571	1.232	1.016	19.842
1986	4.660	3.622	59,4	3.294	2.972	2.465	2.225	1.643	1.315	1.111	19.685
1987	4.656	3.588	58,4	3.353	3.076	2.572	2.286	1.656	1.312	1.073	19.994
Taxas Anuais de Crescimento											
1ª a 4ª Séries											
5ª a 8ª Séries											
REPETENTES											
1983	2.077	3.572	53,7	817	476	308	565	306	206	19	4.776
1984	2.060	3.543	47,8	859	443	294	614	276	181	104	4.831
1985	1.651	2.840	42,1	865	529	349	638	386	296	175	4.889
1986	1.442	2.480	40,6	893	562	372	665	386	247	133	4.700
1987	1.484	2.552	41,6	948	639	413	703	413	258	140	4.998
Taxas Anuais de Crescimento											
1ª a 4ª Séries											
5ª a 8ª Séries											

FONTE: MEC/CPS/CIP  
Ajustamento pelo Modelo PROFLUXO

**TABELA 11**  
**BRASIL: EDUCAÇÃO**  
**Professores com Formação Inadequada (\*), segundo a Rede de Ensino -1988**  
**(Percentual)**

	<b>PÚBLICA</b>	<b>PARTICULAR</b>
<b>Brasil</b>	<b>223</b>	<b>15,9</b>
<b>Sudeste</b>	<b>10,1</b>	<b>11,2</b>
<b>Nordeste</b>	<b>38,0</b>	<b>21,4</b>

(\*) Inadequada: 1º grau ou magistério **Incompleto**  
FONTE.- CIP/SEEC/MEC

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Maria Aglaê de Medeiros Machado (Coordenadora da Comissão)  
Secretária de Educação Fundamental  
Divonzir Arthur Gusso  
Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC  
Célio da Cunha  
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Pedagógico - SEF/MEC  
Walter Esteves Garcia  
Diretor de Apoio Didático-pedagógico • FAE/MEC  
Angela Maria Rabelo Ferreira Barreiro  
Coordenadora Geral de Educação Infantil - SEF/MEC  
Tancredo Maia Filho  
Coordenador de Estudos e Políticas Públicas - INEP/MEC  
**Léo Kessel**  
Coordenador de Planejamento Setorial - SAG/MEC  
Flávio Luis Amorin Wiener  
Coordenador de Apoio Técnico - SEPESPE/MEC  
Ligia Cademarton  
Consultora Técnica - SEF/MEC  
Marco José de Castro Guerra (representante do CONSED)  
Secretário de Educação do Rio Grande do Norte  
Rui Rodrigues da Silva (representante do CONSED)  
Secretário de Educação de Tocantins  
José Eustáquio Romão (representante da UNDIME)  
Pró Reitor de ensino e Pesquisa da UFJF  
Mana Aparecida Elvira Naves (representante da UNDIME)  
Consultora Técnica

## COMITÉ CONSULTIVO

Walfrido S. Mares Guia Neto  
Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação - CONSED  
Olíndina Olívia Correa Monteiro  
Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME  
Leandro Rossa  
Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Movimento de Educação de Base - CNBB/MEB  
Carlos Alberto Cidade  
Conselho Nacional da Indústria - CNI  
José Eudes de Oliveira Costa  
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE  
Miguel Angel Enriquez  
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO  
Mário Ferrari  
Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF  
Edson Machado de Sousa  
Conselho Federal de Educação - CFE  
Laudiene Coutinho - Assessora de Planejamento do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB

## ASSESSORIA TÉCNICA SETORIAL

Eda Coutinho Barbosa Machado de Sousa  
Coordenadora Geral de Análise e Avaliação Institucional - SESU/MEC  
Maria Therezinha Saraiva  
Diretora de Tecnologia Educacional - Fundação Roquette Pinto  
Juscelina Friaça Teixeira  
Coordenadora Geral de Educação Média - SEMTEC/MEC  
Marilene Ribeiro dos Santos  
Coordenadora Geral de Educação Especial - SEESP/MEC

## EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA OPERACIONAL - SEF/MEC

Nabíha Gebrim de Souza  
Coordenadora Geral de Organização e Desenvolvimento do Ensino  
Solange Maria de Fátima G. P. Castro  
Chefe de Divisão de Gestão Escolar  
Anna Maria Lambem  
Gerente de Avaliação e Currículo  
Consuelo Luiza Jardon Guimarães  
Chefe da Divisão de Educação de Jovens e Adultos



#### **APOIO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO**

Geraldo Lúcio de Melo  
Assessor de Comunicação Social do GM/MEC  
Maria Regina Oton de Lima  
Assessora de Relações Públicas do GM/MEC  
Nanci Martins de Paula  
Coordenadora de Educação à Distância - SEF/MEC  
Samira Jorge  
Assessora de Comunicação Social  
Evelise Maria Vidal Carvalho  
Relações Públicas da SEF/MEC

#### **REVISÃO • INEP/MEC**

Arsênio Canísio Becker  
José Adelmo Guimarães  
Tinia Maria Castro

#### **APOIO ADMINISTRATIVO - SEF/MEC**

Eunice de Oliveira F. Santos  
Maria da Paz Freitas Lima  
Maria de Fátima S. Botelho  
Ilma Goretti P. Souza  
João Calixto S. Mota  
Antônia Ferreira Campos

#### **COLABORAÇÃO ESPECIAL**

José Amaral Sobrinho  
Gerente de Educação da Coordenação de Política Social - IPEA  
Ivan Godoy  
Assessor de Imprensa - UNESCO  
Salvador Herencia  
Oficial de Comunicação e Informação - UNICEF  
Maria Thereza Luz Macedo  
Consultora Técnica  
Marly Gonet Mourão Banco  
Técnica em Assuntos Educacionais - SEMTEC/MEC

..." O mundo está às vésperas de um novo século carregado de esperanças e de possibilidades. Hoje, testemunhamos um autêntico progresso rumo à distensão pacífica e de uma maior cooperação entre as nações. Hoje, os direitos essenciais e as potencialidades das mulheres são levados em conta. Hoje, vemos emergir, a todo momento, muitas e valiosas realizações científicas e culturais. Hoje, o volume das informações disponível no mundo - grande parte importante para a sobrevivência e bem estar das pessoas - é extremamente mais amplo do que há alguns anos, e continua crescendo num ritmo acelerado. Estes conhecimentos incluem informações sobre como melhorar a qualidade de vida ou como aprender a aprender. Um efeito multiplicador ocorre quando informações importantes estão vinculadas com outro grande avanço: nossa nova capacidade em comunicar.

Essas novas forças, combinadas com a experiência acumulada de reformas, inovações, pesquisas, e com o notável progresso em educação registrado em muitos países, fazem com que a meta de educação básica para todos - pela primeira vez na história - seja uma meta viável."

## DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Jomtien, Tailândia  
5 a 9 de março de 1990

**MEC**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO  
Secretaria de Educação Fundamental  
Esplanada dos Ministérios Bl. "L" 5º andar sala 502  
70047-901 - Brasília - DF



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)